

**MULHER(ES) EM ÚRSULA: UMA ANÁLISE INTERSECCIONAL  
DAS PERSONAGENS PRETA SUSANA E D. LUIZA B. NO ROMANCE  
DE MARIA FIRMINA DOS REIS**

**WOMEN IN ÚRSULA: A INTERSECTIONALITY ANALYSIS  
FROM THE CHARACTERS PRETA SUSANA AND D. LUIZA B. IN  
MARIA FIRMINA DOS REIS NOVEL**

Patrícia Pereira Porto (UCS)

[porto.pp@gmail.com](mailto:porto.pp@gmail.com)

<https://orcid.org/0000-0002-4914-5118>

Nicole Carina Siebel (UCS)

[ncsiebel@ucs.br](mailto:ncsiebel@ucs.br)

<https://orcid.org/0000-0003-1641-6513>

**RESUMO:** *É de extrema importância o resgate de obras de autoria feminina, pois durante muito tempo essas foram negligenciadas pela crítica, e ainda mais essencial é o resgate de autoras mulheres negras. Partindo dessa premissa, o presente artigo teve como objetivo analisar o romance Úrsula, de Maria Firmina dos Reis, a partir da ótica da interseccionalidade, destacando aspectos de raça, classe e gênero presentes na narrativa. Foram analisadas as personagens Preta Susana e Luiza B. e chegou-se à conclusão de que as nuances de gênero, classe e raça estão fortemente presentes na obra, contribuindo para a complexidade das personagens e o retrato mais aproximado da realidade da época de produção do romance.*

**PALAVRAS-CHAVE:** *estudos de gênero; interseccionalidade; autoria negra; Maria Firmina dos Reis.*

**ABSTRACT:** *Women's work retrieval is really important, because it were, for a long time, ignored by the critic, and it's essential the black women's work retrieval. By this way, this paper intend to analyze the novel Úrsula, from the author Maria Firmina dos Reis, as from intersectionality theory, emphasizing race, social class and gender aspects in the narrative. Preta Susana and Luiza B. were the analyzed characters and the conclusion about them was*

*that aspects of gender, social class and race are strongly present in the novel, contributing to characters complexity and a faithful picture from the novel's production time.*

**KEYWORDS:** *gender studies; intersectionality; black writing; Maria Firmina dos Reis.*

## ***1 Introdução***

Considerando que, por muito tempo, as produções literárias de autoria feminina não tiveram espaço no cânone da literatura brasileira, o resgate e estudo dessas obras é uma oportunidade de incluir novas perspectivas nos estudos literários de época, demonstrando outros pontos de vista adotados na escrita do passado. A análise dessas obras não apenas inclui essas produções nos ambientes de estudo, como também explora seus significados e sua importância no contexto literário.

Analisar obras de períodos anteriores possibilita, ainda, que o pesquisador identifique as perspectivas que eram adotadas na época de sua produção e, dado que o cânone romântico brasileiro é composto majoritariamente pela visão de homens brancos, conhecemos as perspectivas masculinas sobre a sociedade do século XIX, por meio das quais nos são apresentadas as mocinhas românticas e personagens femininas (normalmente, brancas).

É necessário analisar as obras de autoria feminina, que por muito tempo foram ignoradas ou pouco discutidas, a fim de que se formem novos panoramas, e para que saibamos como as mulheres se enxergavam no contexto literário. Além disso, é urgente que se traga para os estudos literários as obras de autoras negras, visando identificar suas narrativas, para, a partir de atividades de pesquisa, realizar possíveis discussões sobre raça, gênero e classe.

Partindo dessa premissa, o objetivo deste artigo é analisar o romance *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis, primeira obra da literatura romântica brasileira escrita por uma mulher negra, a fim de identificar as diferenças de raça, classe e gênero adotada pela autora na construção das personagens D. Luiza B. e Preta Susana. A escolha dessas personagens se deve ao fato de que, apesar de serem coadjuvantes, ambas são de extrema importância na narrativa. Como poderá ser observado, as duas personagens têm papéis semelhantes na trama, pois exercem a função materna, e apresentam alguns aspectos semelhantes entre si, como o fato de serem personagens com faixa etária aproximada.

Este trabalho dialoga com outras produções acadêmicas que retomaram o estudo da escrita feminina no Brasil. É o caso da pesquisa da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) que deu origem à obra *Escritoras brasileiras do século XIX*, organizada por Zahidé Lupinacci Muzart, na qual foram pesquisadas e relacionadas as escritoras do século XIX. Também identificamos relação com o estudo *Leitura e escrita femininas no século XIX*, de Mônica Yumi Jinzenji, no qual são analisadas práticas de leitura e escrita das mulheres desse período. Considerando a autoria de Maria Firmina dos Reis, é possível encontrar diversos trabalhos de análise e resgate de sua obra, como os estudos de Roberta Flores Pedroso, mais especificamente no capítulo “O que observar no romance *Úrsula*”, (PEDROSO, 2019) que integra o livro de Leituras Obrigatórias da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) de 2020, e versões comentadas do romance *Úrsula*, entre outras produções.

Assim, buscamos apresentar uma leitura da obra *Úrsula* a partir da perspectiva da interseccionalidade, visando compreender de que forma os processos sistêmicos envolvidos na discriminação de raças, classes e gêneros interferem na produção e difusão da literatura escrita por mulheres negras.

Para tanto, na primeira seção inicialmente será realizada uma contextualização sobre o romantismo literário no Brasil e condições da participação feminina, mostrando as dificuldades que as mulheres tiveram que enfrentar em suas tentativas de produção literária. Na segunda seção, será apresentada uma breve discussão sobre o conceito de interseccionalidade, cunhado por autoras como Angela Davis, bell hooks<sup>1</sup> e Patricia Hill Collins, discorrendo ainda sobre a utilização deste conceito como metodologia de análise literária. Na terceira seção será apresentada uma breve análise das personagens Preta Susana e Luiza B., visando discutir as questões de raça, classe e gênero entre as personagens. Por fim, elaboram-se as considerações finais.

## ***2 O Romantismo no Brasil e a literatura feminina***

O Romantismo no Brasil teve particularidades ligadas a seu cenário político e econômico. Marcado pela publicação de *Suspiros Poéticos e Saudades*, de Gonçalves de Magalhães, em 1836, o início desse estilo literário ocorre pouco depois da Independência do Brasil (BOSI, 2017). Assim, o Romantismo chegou ao país em um momento em que se

---

<sup>1</sup> Ortografia adotada pela autora em suas produções. Seu nome é sempre escrito em letras minúsculas.

iniciava a tentativa de construir a identidade nacional. Isso fez com que os autores da primeira geração romântica usassem a literatura como “[...] uma espécie de frente para afirmar a nacionalidade” (CITELLI, 1986, p.47). Partindo dessa tentativa de representar o nacional, os escritores se voltaram para a natureza brasileira, já que o país ainda não passava pela industrialização, como as grandes cidades europeias (CITELLI, 1986).

De forma geral, podemos dividir o Romantismo brasileiro em três fases, com base nas principais temáticas de que se ocuparam seus poetas. A primeira fase do movimento dedicou-se mais fortemente ao nacionalismo, enquanto a segunda é marcada pela forte influência do individualismo e do pessimismo, e a terceira começava a se voltar para temas sociais, como a abolição da escravidão (CITELLI, 1986).

Alfredo Bosi (2017) destaca que nos países oriundos do regime colonialista mantiveram-se as estruturas de poder agrário. Por isso, durante quase todo o século XIX, não havia grande desenvolvimento urbano ligado à indústria. Dessa forma, a literatura da época era produzida, em sua maioria, pelos filhos de famílias ricas do campo ou de comerciantes luso-brasileiros e profissionais liberais. Poucos escritores do período viriam de famílias humildes.

Além disso, o público leitor era escasso, composto principalmente por jovens de classe alta ou média. Bosi (2017, p. 135) os define como “[...] moços e moças provindos das classes altas, e, excepcionalmente, médias; eram os profissionais liberais da corte ou dispersos pelas províncias”. Esse público estaria interessado principalmente em literatura de entretenimento, influenciado pelo consumo dos folhetins franceses.

Por serem desencorajadas ao estudo, além da falta de acesso aos bens culturais que estavam distribuídos por todo o país, as mulheres brasileiras enfrentavam grande repressão intelectual nesse período (PRADA, 2010). De acordo com Muzart (2017, p. 22) “a educação patriarcal cerceou de maneira bárbara a vida das mulheres e estiolou muitas vocações literárias”, o que reforça que apesar de terem algum acesso à leitura, não havia incentivo para que as mulheres publicassem.

Isso não significa que elas não escrevessem. Muitas escritoras desse período “[...] não ousavam sequer assumir publicamente seus textos. Viviam confinadas no seu ambiente doméstico e escreviam secretamente” (PRADA, 2010, p. 29), ou seja, mesmo que produzissem, guardavam para si os seus escritos.

Por outro lado, Muzart (2017) indica que não eram poucos os livros produzidos por mulheres, mesmo que muitos tenham sido esquecidos. Esse esquecimento teria ocorrido

gradativamente, a partir do século XX, tanto por mudanças de gosto provocadas pelo Modernismo, quanto pela leitura descontextualizada de suas obras, sem compreender os mecanismos sociais e culturais envolvidos na sua produção.

Ainda hoje é possível observar certa resistência no meio acadêmico em relação ao estudo das obras de mulheres escritoras, sob a justificativa de que a maioria dessas produções não é esteticamente consistente, nem fez sucesso na época de produção (PRADA, 2010). Fica evidente, a partir dessa consideração, que a mulher ainda precisa comprovar certa *genialidade* em sua produção artística para merecer o mesmo espaço daqueles considerados parte da sociedade autorizada, conforme afirma Prada (2010, p. 31) ao declarar que:

[...] aos representantes das diversas minorias, e, portanto, à mulher, a sociedade culta impõe sempre uma obrigação de excepcionalidade. [...] À mulher, ou ao minoritário em geral, cabe o ônus de uma prova nunca exigida da mera normalidade do ser privilegiado, situacionista – enfim, ao sujeito plenamente autorizado da sociedade.

Assim sendo, um autor que não integra nenhum grupo minoritário seria facilmente considerado aceitável pela crítica, mesmo sem apresentar um trabalho inovador ou diferente do que outros teriam produzido. Por outro lado, pessoas que se enquadram em minorias sociais não encontrariam o mesmo critério de julgamento, sendo necessário que sua obra fosse muito diferente ou apresentasse uma grande inovação para que fosse reconhecido. Sendo as pessoas do gênero feminino parte das minorias, uma vez que a sociedade em que vivemos é patriarcal, haveria a necessidade de uma autora comprovar certa competência superior ou destacar-se muito fortemente para conseguir reconhecimento.

É possível inferir que, por muito tempo, o saber foi negado às mulheres. Mesmo que o acesso ao conhecimento acontecesse em algum nível, existia a limitação de que o saber ligado às mulheres deveria estar sempre ligado aos homens e deveria ser-lhes útil e agradável. Comprovando isso, ao observarmos os livros de referência no estudo de literatura, perceberemos a presença de poucas mulheres. Na aclamada obra *História concisa da literatura brasileira*, publicada por Alfredo Bosi em 1970, apenas quatro mulheres são citadas antes de 1900 e, dentre elas, somente uma, a poetisa Francisca Júlia, recebeu biografia e destaque (PRADA, 2010).

Mas, se nem sempre as escritoras tiveram seu lugar ao sol na nossa literatura, é inegável que personagens femininas sempre fizeram parte dela. Entretanto, Prada (2010) destaca que essas personagens normalmente não eram fortes, autênticas ou bem delineadas.

Consequentemente, personagens femininas com maior complexidade só viriam a integrar nossa literatura no início do século XX. A autora destaca ainda que “quando aparecia, a mulher era [...] pouco personalizada e reduzida à condição de objeto do desejo. Nunca sujeito” (PRADA, 2010, p. 37).

Exemplos para esse tipo de representação feminina não faltam: em *A moreninha*, Joaquim Manuel de Macedo expressa um perfil de superficialidade, com a finalidade de entreter as leitoras; da mesma forma, José de Alencar, um dos mais prolíficos escritores do Romantismo brasileiro, produziu perfis femininos tipicamente românticos, muitas vezes carregados de estereótipos, como Carlota, de *Cinco minutos*, que abre mão do amor em função de sua doença para não prejudicar o amado, mesmo que seu desejo fosse permanecer com ele; Já Bernardo Guimarães chega ao ponto de embranquecer sua *Escrava Isaura*, a fim de *embelezá-la* (PRADA, 2010). Todos esses perfis de personagens românticas seguem o padrão da moça que age e se comporta dentro da moral, além de caracterizarem personagens que não têm uma efetiva ação dentro de suas narrativas, pois estão sujeitas às decisões dos amados ou familiares sobre seus destinos. Mesmo sendo as personagens centrais das obras, essas mulheres não têm função que não seja a de objeto de desejo dos personagens masculinos e são pouco complexas, pois pouco agem e são submissas ao que os demais personagens decidem sobre elas.

Encontram-se também obras que fogem desse estereótipo, mas a maioria delas foi publicada no final do século XIX, quando os ideais românticos já tinham sido substituídos pelos realistas e naturalistas (PRADA, 2010). São exemplos dessa fuga de estereótipo, a obra *Dom Casmurro*, de Machado de Assis, ao apresentar sua Capitu como uma mulher que nem sempre se enquadra nos padrões morais românticos e que manipula e age em função de seus objetivos; assim como a obra *O cortiço*, de Aluísio Azevedo, que apresenta personagens como Rita Baiana, a qual envolve-se em vários relacionamentos, inclusive com homens casados, e que age de acordo com sua própria vontade, sem deixar que o padrão social limite sua ação. Convém considerar que essas personagens foram escritas em um momento mais próximo do século XX, no qual padrões e costumes já sofriam mudanças muito sutis, as quais repercutiam na produção literária.

### ***3 Reflexões sobre a interseccionalidade no estudo da literatura***

Como comentado anteriormente, o presente artigo visa analisar as personagens D. Luiza B. e Preta Susana do romance *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis, buscando identificar de que forma a autora manifesta as questões de raça, classe e gênero nas personagens.

O termo interseccionalidade se consolida a partir de 1981, com a obra *Mulheres, raça e classe*, de Angela Davis, e também com a influência do primeiro livro de bell hooks, lançado no mesmo ano. Devido ao fato de propormos, neste trabalho, analisar as personagens de uma literatura escrita por uma mulher negra, no Romantismo, a partir da perspectiva da interseccionalidade, entendemos como necessária a discussão deste conceito, para que possamos validar seu emprego na análise de uma obra do século XIX.

Existem alguns aspectos a se considerar quando aplicamos conceitos ao estudo de acontecimentos históricos ou a fim de analisar fatos do passado. Nesse sentido, Reinhart Koselleck (1992) afirma que “todo conceito é não apenas efetivo enquanto fenômeno linguístico; ele é também imediatamente indicativo de algo que se situa além da língua” (KOSELLECK, 1992, p. 136). Logo, é possível compreender que um conceito não surge como uma simples palavra dotada de sentido a ser aplicada para denominar uma ideia ou invenção, mas acompanha um contexto de surgimento e de utilização. Não podemos esperar que um conceito surja antes de haver necessidade de que ele exista, o que ocorre é um percurso teórico que leva ao surgimento do conceito. Tampouco, um conceito pode surgir sem que haja uma visão teórica alinhada a ele. A trajetória do conceito de interseccionalidade exemplifica bem esse processo, pois a ideia que acompanha esse conceito já era percebida no século XIX, mas o conceito, como o conhecemos, data do século XX.

Akotirene (2020, p.17) define a interseccionalidade como um “sistema de opressão interligado”. Essa categoria permitiria a análise dos complexos fatores que constituem a opressão, pois, pensando nas mulheres negras, não há espaço para elas nem no movimento feminista, no qual a voz está com as mulheres brancas, nem no movimento antirracista, em que os homens negros detêm a voz. É oportuno esclarecer que a interseccionalidade não serve apenas para se considerar a questão do racismo, pois engloba diversos fatores de opressão, como orientação sexual, religiosidade, dentre outros.

Collins e Bilge (2021, p. 15-16) salientam que:

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como

as experiências individuais da vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas.

A partir dessas considerações, as autoras resumem que a interseccionalidade é uma categoria de análise que possibilita reflexão sobre como as relações de poder em uma sociedade funcionam de forma interligada. Assim, raça, gênero e classe, por exemplo, são questões que se sobrepõem e se manifestam de forma unificada. Mesmo que não sejam claramente visíveis, essas relações de poder influenciam todo o contexto social (COLLINS; BILGE, 2021).

Não é possível dissociar umas das outras as características que formam uma pessoa. Da mesma forma, não faz sentido compartimentar o impacto que essas características terão na sociedade. Por isso, é possível afirmar que a interseccionalidade trabalha justamente a complexidade humana.

O debate que conduziu à formação desse conceito ganhou força a partir da terceira onda feminista<sup>2</sup>, na qual tem destaque a autora Judith Butler (2018). A filósofa indica que é problemático considerar que a palavra mulher nomeie uma identidade comum, pois um indivíduo não se constitui apenas por ser mulher, "[...] porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas" (BUTLER, 2008, p. 20). Por isso, ao pensarmos na noção de gênero hoje, não podemos mais ignorar a existência dessas interseções culturais e políticas. Não podemos considerar que exista uma mulher universal, uma vez que cada mulher tem suas particularidades de classe, etnia e sexualidade, entre outras.

Ainda de acordo com Butler (2008), essa noção universal da mulher também implica em um patriarcado universal, o qual determinaria que todas as mulheres fossem oprimidas da mesma forma. O conceito de opressão que acompanha essa noção parte da cultura ocidental e é marcada pelo pensamento colonial, não sendo, assim, abrangente para considerar concretamente as culturas de diferentes sociedades. O conceito de patriarcado universal já estaria contestado, mas Butler (2008) segue apontando que a noção de mulher universal ainda não foi totalmente superada.

---

<sup>2</sup> Algumas vertentes do feminismo agrupam a história do movimento em três momentos (ou ondas) com características de pensamento específicas (RIBEIRO, 2019).



Djamila Ribeiro (2019) destaca que “a insistência em falar de mulheres como universais, não marcando as diferenças existentes, faz com que somente parte desse ser mulher seja visto” (RIBEIRO, 2019, p. 41), o que vai ao encontro da teoria de Butler (2018). Pensar “mulheres” como uma categoria única faz com que sejam ignoradas as diferentes naturezas de opressão sofridas pelas mulheres, uma vez que nem todas enfrentam os mesmos problemas. Uma mulher que sofre violência doméstica praticada pelo marido e uma que não é contratada em uma empresa porque é negra e tem filhos pequenos, por exemplo, são mulheres que enfrentam diferentes naturezas da opressão de gênero. Ambas são mulheres, mas sua experiência como mulher é diferente e também suas reivindicações são diferentes.

Ribeiro (2019) comenta que apesar de a interseccionalidade ter ganhado destaque apenas recentemente, essa questão já estaria sendo problematizada antes disso, apenas não tinha visibilidade. Exemplo disso está no discurso de Sojourner Truth, uma nascida escravizada em Nova Iorque que se tornou, a partir de 1843, abolicionista, escritora e ativista dos direitos da mulher (RIBEIRO, 2019). Em 1851, Truth participou da Convenção dos Direitos da Mulher em Ohio e nela apresentou um discurso improvisado chamado *E eu não sou uma mulher?*, no qual rebateu afirmações de que as mulheres deveriam ser consideradas mais frágeis e de que não mereciam os mesmos direitos que os homens porque Jesus Cristo era homem. É notável como a ativista foi a única a se levantar para responder as alegações, feitas por um homem que acompanhava o evento, mesmo que a própria presença dela ali fosse mal vista pela maioria das participantes, que eram mulheres brancas.

Em seu discurso, Truth (1851 *apud* RIBEIRO, 2019, p. 19) afirma que:

Aquele homem ali diz que é preciso ajudar as mulheres a subir numa carruagem, é preciso carregar elas quando atravessam um lamaçal e elas devem ocupar sempre os melhores lugares. Nunca ninguém me ajuda a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar! E não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para meu braço! Eu capinei, eu plantei, juntei palha nos celeiros e homem nenhum conseguiu me superar! E não sou uma mulher? EU consegui trabalhar e comer tanto quando um homem – quando tinha o que comer – e também aguentei as chicotadas! E não sou uma mulher? Pari cinco filhos e a maioria deles foi vendida como escravos [sic]. Quando manifestei minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E não sou uma mulher?

Logo, apesar de sua fala tencionar responder afirmativas sobre os direitos femininos de forma geral, nesse trecho a ativista destaca a existência de uma desigualdade no tratamento das próprias mulheres. Fica evidente que as mulheres brancas, provavelmente de classes sociais mais abastadas, eram tratadas de forma diferente das mulheres negras, escravizadas ou

não. Truth (1851 *apud* RIBEIRO, 2019) destaca todas as privações e esforços de sua trajetória, e indica como não recebeu as “cortesias” que seriam dedicadas a uma parcela das mulheres.

A partir da leitura desse discurso, Ribeiro (2009, p. 20) destaca que “[...] ainda no século XIX, já se evidenciava um grande dilema que o feminismo hegemônico viria a enfrentar: a universalização da categoria mulher”. Essa constatação não muda o fato de que o termo *interseccionalidade* tenha surgido apenas no século XX, mas demonstra que aquilo que o conceito exprime já era parte da constituição social muito antes de ele existir.

Ainda no século XIX, no Sul Global<sup>3</sup>, a ativista Dalit Savitribai Phule, considerada uma precursora do feminismo na Índia, envolveu diversas categorias interseccionais em sua luta social. Collins e Bilge (2021, p. 18) indicam que ela “[...] enfrentou muitos dos eixos da divisão social, a saber, casta, gênero, religião, desvantagem econômica e classe. Seu ativismo político compreendia as categorias interseccionais da divisão social – ela não escolhe apenas uma causa”. Logo, as ações sociais e políticas de Phule (*apud* COLLINS;BILGE, 2021) também já levavam em conta as categorias interseccionais, mesmo que sem nomeá-las dessa forma.

Dessa maneira, apesar de não podermos considerar que as escritoras e os escritores do século XIX tenham escrito suas obras incluindo a interseccionalidade em suas produções de forma deliberada, uma vez que esse conceito ainda não existia, é possível identificar nas obras a distinção entre as representações de mulheres pertencentes a diferentes raças e classes sociais, pois essa distinção era parte da constituição social do período.

#### ***4 Luiza e Susana: os olhares sobre a opressão a partir de Maria Firmina dos Reis***

Conforme ressaltado anteriormente, este artigo tem como objetivo realizar uma leitura do romance brasileiro *Úrsula*, da autora negra Maria Firmina dos Reis, publicado em 1859, a partir da perspectiva da interseccionalidade. A análise a seguir foi desenvolvida por metodologia qualitativa, a partir da leitura da obra e observações sobre as características das personagens que evidenciam as questões de raça, classe e gênero. Serão observadas as relações de poder implícitas e explícitas na construção das personagens, visando discutir a desigualdade no tratamento das próprias mulheres, já que as mulheres brancas, de classes

---

<sup>3</sup> O Sul Global é uma denominação geopolítica que serve para indicar os países considerados como subdesenvolvidos ou que passaram pelo processo de colonização (SANTOS, 2008).

sociais mais abastadas, eram tratadas de forma diferente das mulheres negras, escravizadas ou não.

A trama de *Úrsula* acompanha a protagonista do romance (homônima ao livro) em sua trajetória de desilusão amorosa. A protagonista feminina é acompanhada por sua mãe, dona Luiza B., e pela Preta Susana, escrava da família, duas personagens sobre as quais essa análise se concentrará.

Susana é uma mulher negra, escravizada em sua terra natal e trazida para o Brasil, onde passou a servir a família de Luiza B. Ela é a mãe adotiva de Túlio, um rapaz negro que foi libertado após salvar a vida de Tancredo. Do ponto de vista de Túlio, ela é “[...] boa, e compassiva, que lhe serviu de mãe enquanto lhe sorriu essa idade lisonjeira e feliz [...]” (REIS, 2018, p. 176), representando, assim, uma figura materna para o jovem, uma vez que é ela quem assume o papel de cuidar dele e aconselhá-lo.

De forma geral, é declarado que Susana “[...] trajava uma saia de grosseiro tecido de algodão preto, cuja orla chegava-lhe ao meio das pernas magras, e descarnadas como todo o seu corpo: na cabeça tinha cingido um lenço encarnado e amarelo, que mal lhe ocultava as alvíssimas cãs” (REIS, 2018, p. 176). Essa descrição evidencia um aspecto físico marcado pela idade e pelos sofrimentos e privações que a personagem enfrentou ao longo da vida, características que condizem com o tipo de vida a que Susana foi submetida, já que sua função era dedicar-se ao trabalho, além de não ter recursos financeiros para a compra de roupas novas. A vestimenta e a aparência da personagem acompanham, portanto, sua condição de escravizada, pois denotam a aparência de quem sofreu pelo trabalho pesado, apesar de seu gênero, algo que não ocorreria com uma mulher em outra condição social.

Susana fala a Túlio sobre o sofrimento da privação da liberdade que sofreu ao ser capturada e escravizada<sup>4</sup>. Narra como foi arrancada de sua família, privada da maternidade ao precisar abandonar a filha ainda na África: “E esse país de minhas afeições, e esse esposo querido, e essa filha tão extremamente amada, ah, Túlio! Tudo me obrigaram os bárbaros a deixar! Oh, tudo, tudo até a própria liberdade!” (REIS, 2018, p. 180). Nesse trecho, fica evidente o sentimento de desespero e pesar que acompanhou a privação de liberdade sofrida

---

<sup>4</sup> O termo “escravizado” denota um estado no qual alguém se encontra privado de sua liberdade, apesar de esse ser manter a sua vontade própria e sua individualidade. Difere-se de “escravo”, termo que denotaria um estado permanente e que implicaria a ausência de individualidade do ser a quem se refere. Atualmente, o termo “escravizado” é considerado o mais adequado para denominar os africanos e seus descendentes que foram explorados e privados de sua liberdade dentro do contexto histórico brasileiro. (HARKOT-DE-LA-TAILLE ; SANTOS, 2012).

por Susana. Ela expressa a dor de ser forçada a abandonar seu lar, seus afetos e a própria possibilidade de decidir sobre seu destino.

Na sequência de sua narração, ela expõe a realidade que vivenciou no navio negreiro, indicando que:

[...] meteram-me a mim e a mais trezentos companheiros de infortúnio e de cativo no estreito e infecto porão de um navio. Trinta dias de cruéis tormentos, e de falta absoluta de tudo quanto é mais necessário a vida passamos nessa sepultura, até que abordamos às praias brasileiras. Para caber a mercadoria humana no porão, fomos amarrados em pé, e, para que não houvesse receio de revolta, acorrentados como animais ferozes das nossas matas [...] davam-nos a água imunda, podre e dada com mesquinhez, a comida má e ainda pouca; vimos morrer ao nosso lado muitos companheiros à falta de ar, de alimento e de água. [...] (REIS, 2018, p. 181).

A descrição que a personagem faz de suas vivências aponta as opressões sofridas por ela enquanto mulher, arrancada do seio de sua família, e enquanto negra, escravizada e sujeita a situações de humilhação e privação. No próprio relato fica evidente a comparação entre os escravizados e os animais, dadas as condições de alimentação e de tratamento dispensado aos negros que eram transportados como *mercadoria humana* no navio.

Depois de chegar ao Brasil, o senhor de Susana passa a ser o comendador P., um homem intolerante e violento, que:

[...] derramava sem se horrorizar o sangue dos desgraçados negros por uma leve negligência, por uma obrigação mais tibiamente cumprida, por falta de inteligência! E eu sofri com resignação todos os tratos que dava a meus irmãos, e tão rigorosos como eles sentiam. E eu também os sofri, como eles e muitas vezes com a mais cruel injustiça (REIS, 2018, p. 182).

É exposto, assim, o sofrimento e o medo aos quais Susana foi submetida. Na sequência, quando Luiza B. casou-se com Paulo B., Susana descreve que seu novo senhor era mau como o anterior. Ao mesmo tempo em que Paulo era cruel e maldoso, é dito que Luiza “[...] chorava, porque doía-lhe na alma a dureza de seu esposo para com os míseros escravos [...]” (REIS, 2018, p. 182). Constrói-se, dessa forma, uma espécie de dualidade a partir do casal, pois Luiza apresentaria a bondade, o compadecimento pela condição da escravidão, enquanto Paulo tem comportamentos brutais e que não consideram a humanidade dos escravizados.

Após a morte de Paulo, Luiza e Úrsula assumiram as responsabilidades pelos bens da família e também pelos escravizados na propriedade e, de acordo com Susana, a bondade delas fez com que as mazelas anteriores fossem esquecidas por ela e seus irmãos. Sobre as duas, a personagem declara “[...] eu as amo de todo o coração, e lhes agradeço: mas a dor que tenho no coração, só a morte poderá apagar! Meu marido, minha filha, minha terra. Minha liberdade” (REIS, 2018, p. 182). Portanto, mesmo que sua relação com Luiza e Úrsula seja de amor, não é o suficiente para apagar a dor causada pela perda da liberdade e pelos sofrimentos que experimentou ao longo da vida.

Susana tem, ao longo da obra, uma postura de protetora e cuidadora, tanto de Túlio, a quem ela aconselha quando ele decide partir com Tancredo, quanto de Úrsula, a quem ela protege quando a moça é perseguida por Fernando P. Privada do convívio com a filha, ela exerce um papel maternal para Túlio e, em certa medida, para Úrsula.

Em contraponto, Luiza B., mãe de Úrsula, vive também situações de opressão, mas de natureza diferente de Susana. Ela é descrita inicialmente por Túlio como “[...] a pobre senhora Luiza B. [...] Essa infeliz paralítica [...]” (REIS, 2018, p. 105), sendo vista, dessa forma, como uma mulher que enfrentou sofrimentos e que tem limitações impostas por uma deficiência física. Ao longo da narrativa, as aparições dessa personagem são associadas com palavras como “pobre” e “infeliz”, assim como à ideia de sofrimento.

Fisicamente, Tancredo observa que ela “semelhava a um cadáver a quem o galvanismo emprestara movimento limitado às extremidades superiores, mirradas e pálidas, e brilho a uns olhos negros, mas encovados” (REIS, 2018, p. 164). Essa descrição, assim como a associação da personagem ao sofrimento, antecipa o destino da mulher, que falece pouco depois da conversa com Tancredo.

No mesmo diálogo com Tancredo, Luiza narra suas experiências de vida. Irmã do comendador Fernando P., ela vinha de uma família de boas condições financeiras, tendo decidido se casar com um homem julgado inadequado pela família, porque era de condição social e financeira inferior. Com o casamento, ela precisou enfrentar o ódio do irmão, o qual a amava profundamente, até ela tomar uma decisão que o desagradou: casar-se com Paulo B.

O marido de Luiza causou a ela vários sofrimentos, como ela declara em “Paulo B. não soube compreender a grandeza do meu amor, acumulou-me de desgostos e de aflições domésticas, desrespeitou seus deveres conjugais, e sacrificou minha fortuna em favor de suas loucas paixões” (REIS, 2018, p.168). Dessa forma, fica evidente que Luiza suportou

infidelidades e maus-tratos por parte do marido, além do dinheiro dela ter sido esbanjado por ele.

Paulo B. representa uma figura de opressão tanto para Luiza quanto para Susana, apesar de a natureza dessas opressões ser diferente. Enquanto Susana, como mulher negra escravizada, sofre com as violências cometidas por Paulo a si e seus irmãos, Luiza sofre pela indiferença e descaso do marido em relação ao seu casamento e ao seu amor. Essa diferença acompanha as distinções de raça e classe dessas duas mulheres: Susana sofre uma natureza de opressão ligada a sua condição de mulher negra escravizada, enquanto Luiza sofre a opressão a partir de sua condição de mulher branca não escravizada e esposa de uma família de boas condições financeiras.

Luiza, como mulher branca de classe privilegiada, passa a vida sob jugo dos homens de sua família. Fica evidente a possessividade de seu irmão, que, ao ser contrariado em relação a seus desejos sobre o futuro dela, procura prejudicá-la. Uma vez casada, ela sofre então pelas atitudes do marido, que sobre ela tem poder.

Por outro lado, Susana, como mulher negra, sofre opressões distintas. Assim como Luiza, ela ainda sofre a opressão por parte dos homens brancos, mas de outra natureza. Para Susana, a opressão física e psicológica é constante, pois além de sofrer castigos físicos, ela precisava observar seus irmãos recebendo castigos.

As opressões sofridas por essas mulheres são expressas em suas diferentes nuances, expondo as violências que lhes eram infligidas e como sua raça e sua posição social interferiram nisso. Luiza sofria com as maldades do marido pois estava no papel de mulher e esposa, devendo submissão. Por outro lado, Suzana estava exposta às violências de seus senhores pelo fato de ser negra e escravizada, sendo considerada posse daqueles para quem era forçada a trabalhar.

Luiza, mesmo enfrentando dificuldades conjugais e financeiras, manteve a filha perto de si e conservou alguns aspectos de sua classe. Fica claro que algumas vantagens de sua posição social foram mantidas, já que ela mantinha escravos, apesar de sua situação financeira não ser a mesma do passado. Além disso, convém considerar que Luiza, viúva e sem contato com o irmão, é quem administra a própria vida, apesar de sua doença. Mesmo em sua juventude, ela teve a possibilidade de escolher o marido, desconsiderando as recomendações familiares.

Susana, por outro lado, foi obrigada a deixar o convívio de sua família. Foi arrancada de perto da filha e tratada como um animal, uma mercadoria. Depois de escravizada, ela não

teve mais a possibilidade de decidir sobre seu destino, sendo propriedade do Comendador e depois de sua filha, estando constantemente exposta à violência física e psicológica do contexto de escravidão.

Para as duas mulheres, a morte de Paulo B. foi muito representativa. No caso de Luiza, esse passa a ser um momento de desamparo, já que sua filha perdeu o pai e após essa morte o seu irmão compra suas dívidas, mandando-a embora da propriedade na qual ela vivia. Para Susana, essa morte trouxe um período de calma, e de certa forma, alívio, já que os castigos físicos extremos deixaram de ocorrer.

## ***5 Considerações finais***

Neste estudo, adotou-se a interseccionalidade como ponto de partida para uma leitura da obra de Maria Firmina dos Reis, considerando sua contribuição para a discussão sobre as questões de gênero, classe e raça em suas relações com as diferentes formas de opressão na sociedade. Existe uma riqueza de personagens femininas na obra de Maria Firmina dos Reis, se comparadas com romances escritos por homens durante o Romantismo. A análise mais aprofundada das mulheres de *Úrsula* está sendo realizada por Nicole Siebel, sob orientação da professora Dra. Patrícia Porto, como parte da dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Caxias do Sul.

Podemos identificar que o romance *Úrsula* apresenta diferentes matizes da opressão sofrida pelas mulheres de seu tempo. Por meio de suas personagens, a obra demonstra como as mulheres negras e brancas eram oprimidas, mas de formas distintas. A considerar pelo gênero, ambas encontram-se subjugadas pelos homens, a raça e a classe serão fatores determinantes para que a forma dessa opressão seja diferente.

É possível observar que a personagem Susana, negra e escravizada, não apenas depende das ordens de um homem, seu senhor, mas a ele pertence a sua liberdade. Além disso, sua possibilidade de escolha a respeito de seu futuro foi completamente tirada dela, junto com sua família. Por outro lado, Luiza B., mesmo que submetida aos desmandos do irmão e do marido, teve a possibilidade de casar-se por escolha própria, além de ter mantido algumas posses depois de viúva. Dessa forma, ficam evidentes as distinções entre as opressões sofridas por essas mulheres retratadas na obra.

Convém destacar que este artigo ocupou-se em fazer uma leitura, sob o ponto de vista interseccional, de duas personagens femininas da autora Maria Firmina dos Reis. Porém,

existe a possibilidade de outras leituras dessas personagens a partir dessa perspectiva, assim como há a possibilidade de ampliação desse estudo por meio da análise de outras personagens da obra *Úrsula*.

## REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.
- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 52ª ed. São Paulo: Cultrix, 2017.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008.
- CITELLI, Adilson. *Romantismo*. São Paulo: Ática, 1986.
- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2021.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- HARKOT-DE-LA-TAILLE, Elizabeth; SANTOS, Adriano Rodrigues dos. Sobre escravos e escravizados: percursos discursivos da conquista da liberdade. In: Simpósio Nacional Discurso, Identidade e Sociedade. 3. Campinas. *Anais eletrônicos*. Campinas: Unicamp, 2012.
- HOOKS, bell. *Teoria feminista: da margem ao centro*. São Paulo: Perspectiva, 2020.
- KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 134-146, 1992.
- MUZART, Zahidé Lupinacci (org). *Escritoras brasileiras do século XIX: Volume I*. 2ª ed. Florianópolis: EDUNISC, 2017.
- PEDROSO, Roberta Flores. O que observar no romance *Úrsula*. In: Leituras Obrigatórias UFRGS 2020. Porto Alegre: Leitura XXI, 2019, v. 1000, p. 86-103.
- PRADA, Cecília. *A pena e o espartilho*. São Leopoldo: Unisinos, 2010.
- REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula*. Porto Alegre: Zouk, 2018.
- RIBEIRO, Djamilá. *Lugar de fala*. São Paulo: Pólen, 2019.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Na oficina do sociólogo artesão*. São Paulo, Cortez, 2018.

Artigo submetido em: 09 jun. 2022

Aceito para publicação em: 05 mai. 2022

DOI: <https://dx.doi.org/10.22456/2238-8915.125156>